

**Coordenador Geral Ivan Cáceres:** Bom dia a todos. Estamos nesse momento dando abertura a 119ª reunião Plenária Ordinária do CONFEMA. Temos uma pauta não muito extensa. Mas antes de iniciar os trabalhos quero registrar a presença do presidente do CONFEMA e secretário municipal do Verde e Meio Ambiente, Gilberto Natalini, para fazer suas considerações iniciais. Depois vamos à pauta propriamente dita. Senhor presidente, por favor.

**Secretário Gilberto Natalini:** Bom dia a todos e a todas. É um prazer estar aqui com vocês. Eu vim fazer a abertura da reunião, até para registrar que nós estamos acompanhando, estamos ajudando a reorganizar o conselho, o Fundo. Confiamos muito em vocês, confiamos na cidade, confiamos no trabalho da nossa equipe. Por isso estou com alegria aqui. Hoje tem um motivo grande de a gente estar aqui com muita alegria, porque nós estávamos em uma encruzilhada financeira terrível, no sentido de que o nosso orçamento para o ano de 2017 era um orçamento que, do ponto de vista de manutenção, vigilância dos parques, 107 parques de São Paulo, o dinheiro que estava reservado para a secretaria acabaria em maio, o que significaria que de maio para frente nós ficaríamos sem manejo, sem manutenção e sem vigilância de todos os parques de São Paulo. Isso seria, na verdade, o colapso da estrutura dos parques. Então nós fizemos um trabalho muito grande, e aí o DAF nos ajudou, o DEPAVE nos ajudou, o próprio DPP, todas as diretorias, mas mais centrado no DEPAVE e no DAF. Também tivemos ajuda grande da nossa chefe de gabinete, a Rose. Agnaldo acompanhou tudo. E a gente fez uma proposta para o governo de economia entre o ano passado, o que foi o recurso do ano passado e o que foi esse ano, uma economia de 50 milhões de reais no ano. O ano passado, a dotação para essas atividades foi de 200 milhões de reais para manejo, manutenção e vigilância dos parques. Esse dinheiro, dos 200 milhões que foram orçados, foi liberado 146 milhões, então o dinheiro acabou de agosto para setembro, o ano passado. Por esse motivo, para essa falta de recurso orçamentária, nós ficamos durante meses sem ter condições de tomar conta dos parques. Nós que eu digo a administração passada, a Secretaria do Verde. Por isso nós recebemos esse ano, quando entramos aqui, constatamos, eu constatei pessoalmente em 61 parques a situação quase que de calamidade em que os parques se encontravam. Na verdade, em torno de 80 parques dos 107 estavam em uma situação muito difícil, ainda estão, porque as condições de contrato do ano passado para esse ano são condições muito, muito ruins. Então nós temos o Parque do Carmo sem manejo, sem manutenção, sem vigilância. O Alfredo Volpi sem manejo, sem manutenção, sem vigilância. E mais uns 10 números de parques sem a menor condição... O administrador, por exemplo, do Volpi, ele e um auxiliar administrativo fazem a limpeza dos banheiros do parque todos os dias. Eles saem apitando dentro do parque para tirar os usuários do parque na hora que vai fechar o parque. Eles retiram os galhos de árvores, eles fazem o trabalho que não é trabalho deles. Senão fecha o parque. Essa é a situação

que nós herdamos do ano passado para esse ano. Então parques sem manutenção, sem manejo, sem vigilância. E os que têm, têm em uma situação muito difícil. Aí nossa equipe fez os cálculos e disse: O dinheiro acaba em maio. Nós verificamos o que precisaria de complementação orçamentária e chegamos a conclusão que para chegar ao final do ano, em um recálculo que nós fizemos, não mais com ata de registro de preço, mas com uma licitação que deverá ser lançada, nós precisaríamos de uma complementação de mais 96 milhões de reais até o final do ano. Por quê? Porque nós temos 54 que acaba em maio. E precisaria de 150 milhões, diminuindo em 50 milhões o dinheiro para as mesmas atividades, ou melhor, para atividades melhores, maiores, com mais equipes, com mais resultados, com mais estrutura, 50 milhões a menos. Isso já foi uma vitória da equipe, grande. Porque economizou 50 milhões e apresentou mais serviços. Mas nós precisaríamos que Secretaria de Fazenda liberasse essa dotação para nós, e estava difícil. Esse mês de janeiro inteiro, nós fomos, voltamos, fomos, voltamos, fizemos... o trabalho foi muito bem feito. Eu queria registrar isso aqui na reunião do CONFEMA, por quê? Porque isso tem a ver com a questão do Fundo. Tem tudo a ver. Porque quando não tem dinheiro do tesouro aonde se mete a mão para sustentar as coisas que o dinheiro do tesouro deveria sustentar? Foi no Fundo. Foi no Fundo. De uma forma muito draconiana, entrou-se no Fundo de uma forma severa no passado. E aí nós recebemos a notícia hoje, recebi por WhatsApp, que o Agnaldo me mandou logo cedo, dizendo que a JOF decidiu atender o nosso apelo, nós estivemos lá sexta passada, e suplementar em 80 milhões o orçamento da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, tendo a penúria que a prefeitura está. Isso significa, Ivan, que nós vamos ter, não os 96 que a gente pediu, nós vamos ter 80. Então de maio para frente, nós vamos reajustar a nossa licitação, tirar algumas coisinhas, poucas coisas, para dar o ajuste, e vamos lançar a licitação. Ou seja, nós temos a garantia de manter os parques em funcionamento, em condições razoáveis até o final do ano. Esse peso saiu das nossas costas. Com o dinheiro do tesouro. Certo? Agora estamos atrás de outro dinheiro, de outras fontes. E, principalmente, nós temos que revitalizar o FEMA. O FEMA já foi muito poderoso aqui. O FEMA já teve muito dinheiro aqui. Chegou época de ter 300 milhões de reais, aproximadamente, no Fundo. Nós recebemos o FEMA com 24 milhões, 24 milhões. Ou seja, é um dinheiro muito pequeno frente as necessidades que nós temos. Nós queremos o FEMA para quê? Nós queremos o FEMA, a minha intenção, a nossa intenção, e eu espero que seja a intenção do conselho, para ousar. O FEMA é um recurso que entra na nossa secretaria para a gente retomar projetos, projetos grandes ambientais, que vão além dos parques. Projetos que são: Córrego Limpo, Defesa das Águas, a mudança do padrão energético dos veículos de São Paulo, a volta de São Paulo ao protagonismo do Comitê Municipal de Mudanças do Clima. A volta de São Paulo a entrosar-se com as cidades do mundo inteiro, as cidades modernas, as cidades que estão ousando no

mundo inteiro. Diminuir as emissões de gases de efeito estufa. Essa é a nossa função dentro do FEMA. A arborização maciça dentro de São Paulo. O cuidado com as árvores que existe, o estudo fitossanitário das árvores. Tudo isso está dentro dos nossos planos. Da onde nós vamos buscar dinheiro para isso? Do FEMA. Certo? Dinheiro que não é para custear o dia a dia da secretaria, mas é para ampliar o trabalho, fazer as coisas maiores. A questão da sustentabilidade com S maiúsculo, talvez com todas as letras da palavra em maiúsculo. Esse é o meu sonho para que a gente possa arrecadar dinheiro do FEMA e gastar o dinheiro do FEMA, inclusive com projetos que venham da sociedade civil na educação ambiental, no tratamento do lixo. Coisas que aumentem o nosso protagonismo. Essa é o meu sonho, a minha visão, espero que seja consonante ao sonho do conselho. Está certo? Agradeço a oportunidade, como presidente, de estar aqui abrindo a reunião. Tem uma quantidade enorme de documento na minha mesa para eu assinar e despachar, e outras coisas, eu vou deixar o Ivan na coordenação, e o Manuguerra com vocês, e na mão de vocês o futuro da sustentabilidade da cidade de São Paulo. Agarre esse futuro com carinho, não vamos perder o rumo, como dizia Tancredo: não vamos nos dispersar. A causa é muito justa, muito justa. Eu sou um militante da causa, um ativista da causa. Eu espero que todos vocês estejam nesse barco da sustentabilidade nessa secretaria. Bom dia de trabalho a vocês. Muito obrigado.

**Coordenador Geral Ivan Cáceres:** Obrigado, senhor presidente. Senhoras e senhores, antes de passar a ordem do dia teria um item para expediente. Mas antes desse item do expediente, eu gostaria de dar um informe às senhoras e senhores conselheiros. Ontem nós passamos o dia todo em visita à região de Parelheiros, no extremo sul da cidade de São Paulo, visitando projetos de agroecologia. Ou seja, como se produz uma alimentação saudável por meio de um manejo correto do meio ambiente, sem agrotóxico, sem veneno de forma alguma. É um projeto de educação ambiental interventiva e com impacto na saúde pública. E nós estivemos acompanhados de dois técnicos da área ambiental do Tribunal de Contas do município de São Paulo, simpáticos à ideia. Gostaram muito do que viram, do que está sendo feito lá. Além deles esteve também o representante da coordenação de alimentação escolar, que fornece merenda nas escolas públicas do município de São Paulo. Mostrando os dois projetos que o FEMA ainda mantém lá. Então são ideias, como disse o secretário, que a gente tem que expandir. Porque é alarmante o que ocorre na área de saúde pública em termos de impacto, em razão de uma alimentação incorreta. E essas ocorrências, inclusive, se manifestam na área de oncologia, entre outras. Então projetos como esse que o FEMA tem, de uma maneira tímida, ainda embrionária e muito pequena, precisa ser expandido. Deve ser expandido. Eu repito aqui, São Paulo recebeu um prêmio entre 290 cidades do mundo, e participou de um concurso, e recebeu um prêmio em primeiro lugar. As variáveis que permitiram São Paulo ganhar esse prêmio foram 3,

uma delas a inclusão do alimento orgânico na merenda escolar no município de São Paulo, as escolas municipais. O segundo item foi a volta da área rural para o plano diretor. E o terceiro item é o atingimento da meta de 22% de alimento na merenda escolar oriundo da agricultura familiar. Além disso, de gerar emprego, renda, inclusão, fixar a pessoa no território de uma maneira correta, efetiva, produtiva, você está colocando aí ações efetivas de intervenção, prevenção e promoção à saúde. É inconcebível... Quando me dizem que meio ambiente e saúde são áreas afins, elas não são áreas afins, elas são áreas que andam juntas. O meio ambiente bem cuidado, um ambiente saudável permite uma vida saudável, permite o cidadão saudável. Então a nossa tarefa é muito grande. Eu queria dar esse informe, que é um projeto do FEMA, são dois projetos que estão lá. E eu estive, junto com esses técnicos, visitando, e todos saíram de lá elogiando. E para encerrar o encontro em Parelheiros foi servido um almoço só com alimento de origem orgânica, sem agrotóxico, sem nada. Um alimento saudável e muito saboroso. Então isso que o FEMA possibilita. Passado esse informe, eu gostaria de abrir aos senhores e senhoras conselheiras se há alguma sugestão para inclusão de pauta para reunião de hoje, ou para reuniões futuras, é isso? O microfone, se identificando, para efeito de ata.

**Cons. Marineide:** A gente deixou um TID aqui, conselheiros, do Parque Santo Dias, o TID 14291897 pedindo esclarecimento do relatório de impacto ambiental do prolongamento da avenida Carlos Caldeira e a desapropriação da área, que é remanescente da Mata Atlântica, o qual possui espécies raras, algumas extintas. E eu preciso, mais uma vez, levar esses esclarecimentos para a comunidade, para a associação. E mais uma a respeito dos Food Trucks, tivemos, a pedido da secretaria, uma reunião extraordinária domingo agora, o qual se falou de levar os Food Trucks para os parques. E aí a gente ficou sabendo que teria um Fundo, e foi discutido na comunidade, no conselho, que esse fundo fosse destinado ao FEMA, e que também... e depois ele receberia, passado para educação ambiental dentro do parque. Porque isso é um projeto nosso e a gente abraça com muito carinho, a gente tem muitos jovens e muitas crianças. A gente já teve essa experiência antes e a gente tem que voltar com esse trabalho na comunidade. E a gente espera que essa verba seja destinada ao FEMA para educação ambiental. Obrigada.

**Coordenador Geral Ivan Cáceres:** Muito obrigada, senhora conselheira. Eu vou pedir que providenciem a localização desse TID imediatamente, para dar uma devolutiva. Deixa anotado isso, registrem, localiza onde está esse TID, para dar uma devolutiva à comunidade. Ok? 21/12. Eu peço a gentileza, localizar o número do TID, se houver, o assunto e ver onde está o TID. Porque todas as demandas apontadas aqui, tanto do FEMA, quanto no CADES, nós vamos dar a devolutiva aqui. Além de enviar para quem solicitou, nós vamos dar a devolutiva aqui, em plenária. A senhora teria o número do TID, por gentileza. Pode passar para a secretaria que a gente

vai tentar localizar o assunto. Mais alguma consideração? Então passemos a ordem do dia tendo como primeiro item: Aprovação da Ata da 53ª Reunião Plenária Extraordinária, que foi realizada no dia 27 de janeiro agora. Os conselheiros favoráveis ao texto da ata como está, se houver alguma sugestão está aberta a palavra. Nenhuma manifestação. Então a ata da 53ª reunião plenária extraordinária do CONFEMA está aprovada por unanimidade. O segundo item da ordem do dia é Apresentação e discussão das diretrizes do FEMA para 2017. Eu pergunto se os senhores conselheiros receberam cópia dessas diretrizes para 2017? Receberam? Ok. Então, Manu, tem isso na tela para poder fazer uma apresentação rápida e explicar? Houve uma alteração em um item aí, eu não sei ser essa alteração já consta do que está com os conselheiros. Por favor, você pode ir projetando? Qual item foi alterado? Teve um deles que foi alterado. O item 6: apoio e planos. Incluiu a expressão apoio a planos, é isso? E iniciativas. Apoio a planos e iniciativas de expansão. Foi um ajuste de redação. Eu pergunto as senhoras e senhores conselheiros se há alguma sugestão, alguma discussão a respeito dessas diretrizes? Por favor, microfone para a conselheira.

**Cons. Magna Carvalho:** Essa proposta não foi aprovada pelo CADES ainda, não é? Essa proposta é praticamente igual a do ano passado, só que de janeiro. Após isso foi feito um trabalho para definição dos usos, que inclusive eu participei. Isso não vai valer? Esse trabalho que foi feito pós essa proposta ter sido aprovada no CADES o ano passado?

**Coordenador Geral Ivan Cáceres:** O que ocorre é o seguinte, aí são diretrizes. As diretrizes não têm aquele caráter de generalizar a questão, ou entrar no detalhamento. São diretrizes que estão em consonância com as agendas de sustentabilidade. Então diretrizes... Eu entendo o que a senhora quer dizer. Essa questão, só respondendo, essa questão dos recursos, utilização dos recursos do FEMA há uma clareza, tem uma lei que define em quais momentos e em quais situações você pode utilizar. Então está muito claro na lei isso. o FEMA é um conselho que faz parte de um departamento, que é um departamento de fomento a políticas públicas. Então nós temos uma infinidade de políticas públicas a serem implementadas na área de educação ambiental, na área de agroecologia, na área de recuperação de nascentes, na área de recuperação de córregos. Então tem uma transversalidade, inclusive, com educação, habitação e outras pastas. Então isso está muito claro na lei, no decreto que regulamenta a estruturação da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, como poderão ser utilizados e aplicados esses recursos do FEMA. Eu acho que basta, quem estiver aqui coordenando as atividades do FEMA, tomar esse devido cuidado, para não ter, depois, que ficar prestando justificativas aqui ou acolá. Eu acho que a senhora tem toda razão, é preciso tomar esse cuidado. Vocês devem participar, sim, com muito critério, opinar, analisar os projetos, manifestarem pareceres, não só verbais, como por escrito, é um direito de

vocês. Inclusive por escrito, concordando ou discordando, apoiando ou ampliando, ou complementando a sugestão que venha a debate aqui. Ok? Agradeço a sua colocação. Vê se é possível localizar... Foi uma decisão, foi uma resolução? O que houve?

**Cons. Magna Carvalho:** A diretriz foi aprovada com ressalva de que seria feito essa... exatamente por ser uma coisa mais genérica e exatamente por não estar sendo seguida toda essa legislação, tudo isso que... Então a gente como conselheiro, foi ao CADES, porque as coisas não estavam caminhando dentro da lei. Então... E eu posso dizer isso porque todas as tomadas de decisões aqui, a maioria, eu fui contra, por entender que isso era do tesouro. O que você já sabe. Vendo o que vai constar em ata, o que o senhor acabou de descrever, e o que o secretário também colocou, obviamente a gente fica muito mais tranquilo de que a coisa realmente vai caminhar como deveria ter caminhado até hoje.

**Coordenador Geral Ivan Cáceres:** Perfeito. Muito obrigado por suas considerações. Pode ter certeza, como disse o secretário e eu reafirmo isso aqui, nós temos que verificar com toda clareza o que está disposto na lei, e cumprir os objetivos para os quais o FEMA foi criado. Nós temos, como eu disse, necessidades imperiosas na área de meio ambiente, na área de mitigação, na área de fomento a atividades. Vou repetir e vou insistir, o que está acontecendo em Parelheiros é uma coisa muito rica. É uma coisa muito rica, é um exemplo. A gente vê a grande mídia indo lá se interessando pelo assunto, e nós, os fomentadores de políticas públicas efetivas, preventivas, de promoção à saúde, a saúde ambiental e a saúde humana e de todos os seres, temos o dever, a obrigação de investir, buscar recursos. Se não houver recursos orçamentários, vamos buscar parcerias. Porque tem gente, sim, na iniciativa privada, organismos, fundos privados interessados em investir na causa ambiental. Não vamos ficar aqui apenas esperando dinheiro do tesouro, é muito pouco. O dinheiro do tesouro para o FEMA é muito pouco. Não dá para fazer quase nada. Então nós temos uma infinidade e uma pauta extensa para cumprir. E vamos, sim, buscar essas parcerias, podem ter certeza disso. Agora, esperamos que a gente tenha sucesso. Ok? Próximo item da pauta, se não houver nenhuma consideração, seria... Então vamos fazer o seguinte, essa apresentação e discussão das diretrizes do FEMA, como nós vamos encaminhar essa questão? Aguardar a aprovação do CADES? Porque oi CADES está enviando sugestões para isso, se não me engano chegaram duas ou três sugestões a respeito de alterações. Da mesma forma, até a gente fechar essa questão, eu abro um prazo para que vocês possam manifestar. Entendeu? Alteração na redação, sugestão, supressão, adição, enfim. Para que a gente... Vamos abrir um prazo de 10 dias, correto? Pode ser, Manu? Para receber sugestões a respeito dessas diretrizes. Aí a gente faz em conjunto, com o CADES, uma aprovação. Ah, sim. Pode ser. Pode ser, porque em março, abril, nós temos que estar com a lei do marco regulatório e diretrizes tudo certo, tudo

aprovado. Então fica estabelecido isso, um prazo até o dia 10 de março para o recebimento de sugestões a respeito das diretrizes do FEMA para 2017. O terceiro item da ordem do dia é: Apresentação e discussão sobre o Banco de Projetos do FEMA. Desculpe, esse item, eu prefiro apresentar em uma outra oportunidade, depois que aprovar essas diretrizes e depois de conversações que estão sendo feitas na área jurídica junto com o Tribunal de Contas, também vamos verificar a viabilidade disso, e por que não até o Ministério Público. Enfim, todos os órgãos que possam dar apoio ao FEMA. O que não pode é o FEMA ter recursos orçamentários, ou da iniciativa privada, e não ter efetivamente esse projeto pronto com o start. Aí, de repente, surge uma emergência, faz-se um projeto correndo, convoca-se CADES, CONFEMA, e faz... Não. Nós queremos um banco de projetos, seguindo as diretrizes de governo, as diretrizes da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. E dentro dessa necessidade de aplicação dos recursos, o que é prioritário? Você tem um elenco imenso, uma pauta imensa para ser atendida, mas você tem as necessidades mais urgentes. Então nós vamos observar isso. e dentro desses eixos, a gente já ter esses projetos prontos, observando todos os dispositivos do marco regulatório, relação do poder público com as organizações da sociedade civil. Então deixar tudo pronto, para ter uma coisa mais ágil. Mas em uma outra oportunidade faremos essa apresentação. Alguma consideração a respeito. Por favor.

**Cons. Luan:** É uma pergunta, na verdade, se existe hoje no CONFEMA alguma matriz de priorização, alguma consolidação de algum parâmetro? Como é feito... Como vocês estão pensando essa priorização dos projetos? E se não tiver, seria uma proposta de a gente tentar construir, baseado em critérios objetivos, criar uma matriz lógica de priorização de projetos.

**Coordenador Geral Ivan Cáceres:** Muito bom. Boa pergunta. Na próxima quinta-feira, o DPP está convidando para uma reunião os departamentos que têm projetos elaborados, ou que tem necessidades de projetos. A exemplo, DEPLAN, DEPAVE, os DGDs, UMAPAZ, que são essas unidades da secretaria que tradicionalmente apresentam projetos, um na área de educação ambiental, outra na área de preservação de áreas verdes, enfim, vai por aí. Então esses departamentos estão convidados para uma reunião na quinta-feira, agora não me lembro o horário, se é 10h30, é uma reunião com esses departamentos para discutir. Ou seja, mapear, aquilo que eu falei, o que tem de projetos. Eu ouço falar: Ah, tem projetos. Mas está onde esse projeto? Certo? Então a ideia do FEMA é justamente essa, ter esse banco de projetos, ou seja o nome que queira dar, mas que tenha aqueles projetos ali. E nós que estamos operando isso aí, colocando isso em edital, colocando isso para aprovação do CONFEMA e do CADES, tenhamos isso de forma imediata. É aquilo e repito, não é só ficar esperando o dinheiro do tesouro. De repente, eu tenho um projeto ali, que eu posso fazer uma parceria com recursos do tesouro, uma pequena parte, e o restante buscar em organismos privados, fundos privados, iniciativa privada. Entendeu? É

pegar o projeto, desculpe a expressão, colocar embaixo do braço e buscar recurso. Não é eu tenho projeto, o projeto está onde? Você ir atrás. É isso que nós vamos fazer. Obrigado. Vamos dar sequência. Mais alguma consideração a respeito disso? Manu, então vamos passar para o quarto item, é isso? Quarto item da ordem do dia: Apresentação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC. Essa apresentação está sendo feita pela Secretaria de Gestão. Está fornecendo capacitação aos servidores que lidam com essa questão das relações e contratações com as organizações da sociedade civil. Isso é muito importante, porque de uma maneira muito transparente, a Secretaria de Gestão está passando essa informação, essa capacitação aos servidores das demais secretarias. Então a gente quer mostrar, rapidamente, para vocês, dar uma explicação rápida, para vocês terem conhecimento que daqui para frente as contratações, as parcerias com as organizações da sociedade civil vão se dar com base e alicerçadas no marco regulatório. Ok? Facilita muita coisa, dá maior transparência. Eu peço ao Manu que faça essa breve apresentação.

**José Manuguerra:** Bom dia a todos. Conforme o Ivan comentou, a publicação do marco regulatório se dá por meio da lei federal 13.019/2014 e institui uns instrumentos e a padronização para toda contratação de convênios com organizações da sociedade civil. Essa lei entrou em vigor no dia 1º de janeiro. E por meio dela que todas as contratações, inclusive do FEMA, se darão. A visão geral do ciclo de parceria permanece, em linhas gerais, como já funcionava: um chamamento público; a execução de um plano de trabalho; a seleção dos, vamos chamar, concorrentes dos candidatos a celebração das parcerias; a celebração jurídica/física dessa parceria; a execução dos trabalhos; e a prestação de contas. Durante a execução do trabalho e a prestação de contas existe a atuação da comissão de monitoramento e avaliação dos trabalhos. Essa avaliação se dá, tanto no escopo técnico quanto no escopo financeiro. Esse é um ponto muito importante, a manifestação do interesse social. Esse é um instrumento pelo qual as entidades se apresentam para a execução dos trabalhos. Essa forma definida pela lei federal, ela padroniza todos os componentes que fazem parte do trabalho. Então é uma forma mais transparente, mais direta, de você comparar as entidades que se candidataram à execução daqueles trabalhos. Basicamente os componentes são: a identificação do interessado; a indicação do interesse; e o diagnóstico da realidade, quais os resultados esperados para a execução daquele trabalho em questão. Um ponto importantíssimo da manifestação de interesse social é que ela precisa ser publicada. Então toda proposta que nós recebamos de uma entidade, ela tem a obrigação, pela lei, de se tornar pública. Isso torna a manifestação de interesse social um instrumento de transparência, onde toda a sociedade passa a ter ciência do trabalho que está sendo envolvido e das entidades que estão envolvidas na possível execução desse trabalho. Por outro lado, não necessariamente a apresentação de uma proposta implica em um edital



de chamamento. Então a Secretaria do Verde recebe todas essas manifestações, faz a avaliação técnica disso, faz a publicação, torna público essa proposta, mas não necessariamente emite um edital de chamamento. Por quê? Até complementando o que o Ivan comentou para o conselheiro Luan, o banco de projetos como deverá ser priorizado? Basicamente por três eixos. 1 – São as necessidades da secretaria. 2 – O plano de governo do prefeito. 3 – As possibilidades que nós temos internamente. Certo? Então as diretrizes do FEMA fazem parte de toda essa priorização. E essa reunião que nós teremos na próxima quinta-feira é passo fundamental para o início desse trabalho. A manifestação de proposta, conforme eu já falei, basicamente é a apresentação do documento, a análise por parte dos técnicos da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, publicação dos resultados e, eventualmente, um chamamento público no final desse processo. O chamamento, a elaboração do edital praticamente não muda. Ele passa pelas etapas de elaboração, publicação, elaboração das propostas de trabalho, avaliações, publicações do resultado mediante todos os prazos, eventualmente recursos. Então tudo isso é mantido pela lei. Na verdade, o que trouxe grande mudança foi a criação da manifestação de interesse social. A celebração também permanece como ocorre já hoje, após a análise técnica e jurídica, é feita a formalização do instrumento jurídico dessa parceria. No dia a dia, após celebrada a parceria com a entidade, ocorre a execução do trabalho, avaliação técnica periódica e também a prestação de contas periódicas de todos os trabalhos envolvidos. Aqui é um detalhe técnico, que os recursos recebidos passam a ser feitos em conta corrente exclusiva, como já ocorre no FEMA. Então para nós isso aqui não acarreta nenhuma alteração. É bom lembrar que é uma conta livre de tarifas. Eu sou bastante sensível a esse ponto. Muito bem, a prestação de contas basicamente é: as entidades apresentam os relatórios de execução das atividades. Pela lei, essa prestação de contas deve ser feita anualmente, porém, os relatórios de avaliação técnica podem apresentar uma periodicidade maior. A análise de metas e resultados é efetuada por comissão interna da Secretaria do Verde. E por fim, as OS apresentam relatório de execução financeira, que deve bater com o cronograma de desembolso apresentado no início do projeto. E as contas são aprovadas ou reprovadas após análise da comissão de prestação de contas. Isso aqui é bastante repetitivo. Basicamente é isso. A importância do marco regulatório, como o Ivan comentou, é trazer transparência e trazer uniformidade aos processos de contratação de entidades da sociedade civil para projetos em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente. Basicamente é isso. Só retificando, eu sou José Manuguerra, sou secretário executivo do CONFEMA. Alguma consideração? Obrigado.

**Coordenador Geral Ivan Cáceres:** Obrigado, senhor secretário executivo do CONFEMA. Senhoras e senhores, eu pergunto se há alguma colocação, alguma outra sugestão? Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada essa reunião. Muito obrigado pela presença de todos.